



A Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprovou, em primeira discussão, durante a sessão ordinária desta quarta-feira (3), o Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027. A proposta estabelece as metas e prioridades da administração municipal para o próximo ano, servindo como base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). O texto projetou uma receita de R\$ 2,8 bilhões para o próximo ano.



A aprovação da matéria representa uma importante etapa do processo de planejamento das ações do Poder Executivo, garantindo que os investimentos e programas públicos estejam alinhados às necessidades da população e às exigências legais de responsabilidade fiscal.



Antes de ser apreciada em plenário, a proposta foi amplamente debatida em Audiência Pública promovida pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara Municipal. A realização da audiência atende aos princípios da transparência e da participação popular previstos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001).



O presidente da Câmara, vereador Dr. Marcio Guerreiro, destacou a importância da participação do Legislativo na discussão das peças orçamentárias do município. “A LDO é um instrumento fundamental para o planejamento da cidade. É por meio dela que são definidas as prioridades que irão orientar a aplicação dos recursos públicos. O papel da Câmara é analisar a proposta com responsabilidade, garantindo transparência e compromisso com os interesses da população”, afirmou.

A matéria seguirá agora para segunda discussão e votação, antes de ser encaminhada para sanção do Poder Executivo. O prazo de 3 a 19 de junho poderá ser utilizado pelos vereadores para a proposição de emendas.

Finalizando a sessão, Dr. Marcio Guerreiro homenageou o pastor-presidente da Igreja Batista Atitude de Nova Iguaçu, Rubem Teixeira, com a Medalha de Mérito Comendador Soares, maior honraria do Poder Legislativo, e com o Título de Cidadania Iguaçuana. Pastores auxiliares e membros da Igreja também prestigiaram a homenagem.